



UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU

GABRIEL NOGUEIRA LOPES GOMES

GABRIEL SANTANA SOARES

MATHEUS FERREIRA DOS SANTOS

NATHAN DE SOUSA LARANJEIRA

**A RELAÇÃO MOEDA-ESTADO: A IMPORTÂNCIA DO
DÓLAR NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DOS EUA
COMO POTÊNCIA**

São Paulo

2022

GABRIEL NOGUEIRA LOPES GOMES

GABRIEL SANTANA SOARES

MATHEUS FERREIRA DOS SANTOS

NATHAN DE SOUSA LARANJEIRA

**A RELAÇÃO MOEDA-ESTADO: A IMPORTÂNCIA DO
DÓLAR NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DOS EUA
COMO POTÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de graduação em Relações
Internacionais da Universidade São Judas
Tadeu, como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel.

Orientador: Professora Clarissa Forner e Maurício Homma

São Paulo

2022

A RELAÇÃO MOEDA-ESTADO: A IMPORTÂNCIA DO DÓLAR NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DOS EUA COMO POTÊNCIA

Gabriel Nogueira Lopes Gomes¹
Gabriel Santana Soares
Matheus Ferreira dos Santos
Nathan de Sousa Laranjeira

Resumo: A partir de uma breve análise do comportamento do dólar no sistema financeiro internacional é possível compreender sua importância e como seu comportamento influencia o comércio global, além de que, com o crescente aumento do processo de globalização, o mercado financeiro desenvolve cada vez mais uma interdependência complexa que afeta todos os Estados. Este processo de dependência em relação ao dólar tem se intensificado à medida que os EUA vão administrando sua posição como potência, pois esta subordinação às variações desta moeda tão consolidada se fundamentam a partir da Conferência de Bretton Woods, impulsionando o capitalismo como sistema econômico-social e concomitantemente alavancando a pretensão constante dos EUA em se tornarem a potência hegemônica do Sistema Internacional. Considerando os aspectos mais particulares desta moeda podemos considerar que o seu papel foi e tem sido de extrema importância e indiscutivelmente fundamental para a consolidação de um mercado forte e até mesmo para negociações interestatais que não envolvem os próprios norte-americanos, pois desde o processo de acúmulo de riqueza através desta moeda promovido a partir do padrão ouro-dólar, esta ferramenta obteve notória expressividade no mercado internacional e uma posição de destaque perante as demais, garantindo aos EUA uma posição de igual destaque e fornecendo importantes bases para uma consolidação cada vez maior de seu status como potência.

Palavras-chave: Relação Moeda-Estado, EUA, Dólar.

Abstract: From a brief analysis of the behavior of the dollar in the international financial system, it is possible to understand its importance and how its behavior influences global trade, not to mention that, with the increasing globalization process, the financial market develops more and more a complex interdependence that affects all states. This process of dependence on the dollar has intensified as the USA manages its position as a power, as this subordination to the variations of this consolidated currency is based on the Bretton Woods Conference, boosting capitalism as an economic and social system and concomitantly leveraging the constant pretension of the USA to become the hegemonic power of the International System. Considering the most particular aspects of this currency, we can

¹ Trabalho de Conclusão de Curso realizado pelos alunos bacharelandos em Relações Internacionais pela Universidade São Judas Tadeu sob orientação dos Professores Clarissa Forner e Maurício Homma.

consider that its role was and has been of extreme importance and indisputably fundamental for the consolidation of a strong market and even for interstate negotiations that do not involve the North Americans themselves, since the accumulation of wealth through this currency promoted from the gold-dollar standard, this tool has achieved notable expressiveness in the international market and a prominent position before the others, guaranteeing the USA an equal position of prominence and providing important bases for an increasing consolidation of its status as a power.

Key-words: Relationship Currency-State, USA, Dollar.

1. INTRODUÇÃO

Dentre os objetos de estudo do campo teórico de Relações Internacionais (RI), o Estado é o principal deles e, com isso, todas as questões que tangem a atuação estatal tanto em âmbito doméstico como em âmbito internacional demandam mais atenção e possuem certo destaque em relação a outros.

Segundo a Convenção de Montevideu (1933) ficou declarado, em seu artigo primeiro, que o Estado, enquanto pessoa de Direito Internacional, deveria possuir quatro requisitos básicos: população, território, governo e capacidade de criar relações com outros Estados. No entanto há também outros fatores que são de extrema importância e que estão ligados intrinsecamente à ideia de Estado como idioma, bandeira, moeda, entre outros.

O presente artigo toma como base os princípios da relação moeda-Estado e leva em consideração a associação do poder econômico com os interesses estatais. Segundo Carr (2001, pg.148) “A força econômica sempre foi um instrumento do poder político”, dessa forma é possível inferir que um Estado, para que seus objetivos possam ser alcançados, pode vir a se valer de seu poder econômico como fator estratégico, corroborando o conceito de *hard power*, popularizado por Joseph Nye. Baseado em tais conceitos e a fim de comprovar e entender melhor a relação moeda-Estado, este artigo se propõe a realizar um estudo de caso sobre a relação dólar-EUA.

Os Estados que se fizeram mais fortes através do tempo conquistaram, além do status de potência, posições privilegiadas, se tornando cada vez mais influentes e, portanto, cada vez mais inseridos no contexto global. Os EUA talvez tenham sido o Estado que melhor se aproveitou do contexto, principalmente no período das duas Grandes Guerras, para maximizar seus interesses e alcançar seus objetivos de se tornarem uma grande potência, buscando inclusive ser a grande potência hegemônica do sistema. Uma das estratégias utilizadas pelos americanos foi o uso de seu poder econômico através do dólar, se valendo da

força político-econômica de sua moeda para alavancar seu desenvolvimento e consolidar seu planejamento no que diz respeito a sua posição no Sistema Internacional.

Importa ressaltar que tal temática se torna relevante por uma série de fatores. A profundidade dos debates com tal temática dentro do campo de RI, visto que se trata de um assunto mais ligado à Economia Política Internacional, evidencia a necessidade de trazer tal assunto à óptica das Relações Internacionais. Somado a isso, é de suma importância entender como se desenvolvem processos, uma vez que entender como uma grande potência alcançou referido status oferece bases de análises para que sejam identificados padrões ou, no âmbito da administração pública, por exemplo, tais estratégias identificadas possam ser colocadas em prática para que interesses de outros Estados também possam ser consolidados através de procedimentos parecidos.

Em linhas gerais, busca-se entender até que ponto o dólar foi importante para a consolidação dos EUA como potência e como se deu esse processo de expansão através do poder econômico, tendo como hipótese principal a ideia de que mesmo que o poder político e o militar tenham sido importantes no processo de ascensão americana, o dólar representou peça fundamental, inclusive sendo ponto de interseção entre os outros dois citados, para que os EUA alcançassem a posição de grande potência que mantém até os dias atuais.

A fundamentação teórica do qual o artigo é composto tem como base artigos científicos e livros que possuem objeto de estudo similar e/ou que contribuam de maneira significativa para a construção da argumentação pretendida. Serão utilizados também sites e portais informativos que possam auxiliar no desenvolvimento do projeto.

Para um melhor entendimento, o presente artigo foi organizado em seções de maneira cronológica, através de momentos históricos considerados fundamentais, de forma descritiva e qualitativa, do ponto de vista político-econômico, para o desenvolvimento do artigo que permitem uma análise mais clara e objetiva dos dados que venham a ser apresentados a fim de que seja possível identificar de que forma o dólar foi importante no processo de consolidação dos EUA como potência.

A seção a seguir trata dos fundamentos teóricos utilizados para validação bem como os autores referenciados, a terceira seção irá abordar a relação política da moeda tratando especificamente a Diplomacia do Dólar. Na sequência será abordado o contexto histórico das duas grandes guerras e o cenário que os EUA estavam inseridos, dando continuidade a seção seguinte apresentará desde a conferência de Bretton Woods e a instituição do padrão ouro-dólar até o padrão dólar flexível que culminou na consolidação do dólar como principal

moeda do Sistema Internacional. Por fim, as três últimas seções tratam sobre o Plano Marshall, áreas beneficiadas no âmbito doméstico dos EUA e as considerações finais sobre o artigo em questão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A relação moeda-Estado, como previamente citado na introdução faz parte de uma via de mão dupla que caminha de acordo com os interesses do Estado, visto que é ele quem legitima o uso da moeda e molda sua política monetária de maneira que garanta o alcance de seus principais objetivos. Quando se fala de política externa, por exemplo, o poder econômico pode ser e é usado de maneira a conferir ao Estado certas vantagens, se pararmos para refletir o uso do poder econômico gera menos impactos negativos quando comparado ao militar, por exemplo, e pode fornecer resultados tão importantes quanto.

No que diz respeito ao uso internacional da moeda, Metri (2012) argumenta que é possível expandir territórios monetários e o espaço de circulação da moeda de um Estado e que, assim como o processo de criação da moeda passa pelo processo de acumulação de poder ao Estado, “o espaço de validade de toda moeda é, a princípio, igual ao espaço de dominação da autoridade central.” (KNAPP, 2003, pg. 140-141, apud METRI, 2012, pg. 414). Ainda segundo Metri (2012, pg. 416) “algumas poucas moedas conseguiram ampliar seu espaço de conversibilidade para além de suas fronteiras, e algumas raras tornaram-se moeda de referência (de cotação) internacional”

Por fim, Metri conclui que, a validade da extensão da moeda corresponde a extensão do poder do Estado a que está atrelada, segundo ele, a escolha de uma moeda para um padrão monetário internacional não representa uma escolha relacionada a aspectos técnicos, porém está diretamente relacionada à força do poder político, em uma hierarquia político-econômica resultante do processo de acumulação de poder. “No caso, o elemento mais importante são as relações de hierarquia, força e dependência de um poder político em relação ao outro.” (METRI, 2012, pg.419). Basicamente, a síntese feita por Metri resume perfeitamente a relação dólar-EUA.

Segundo Martins (2016) uma moeda possui três funções: meio de pagamento, unidade de valor e reserva de valor, tais funções também podem ser exercidas por uma moeda em âmbito internacional porém essa não é uma tarefa fácil, já o dólar por sua vez, desde o sistema criado em Bretton Woods, exerce tais funções de maneira integral.

Segundo Martins (2016), os Estados emissores são os principais responsáveis por fazerem com que suas moedas sejam utilizadas internacionalmente, passando por responsabilidades que extrapolam exclusivamente os aspectos econômicos, mas respaldam também no aspecto político, ou seja, novamente uma associação entre o poder econômico e o poder político. O dólar como principal moeda do sistema monetário internacional não é simples resultado da demanda por tal moeda, mas “é resultado dos jogos de poder político conduzidos pelos EUA que, ao longo do século XX, fundamentaram uma estrutura monetária internacional que propiciou o uso global do dólar” (MARTINS, 2016, pg.198).

Segundo Magalhães (2015), a expressão internacional de uma moeda é dada pela confiança tanto de entes públicos (governos) como privados e tal confiança é resultado de fatores tanto políticos quanto econômicos. “A combinação desses fatores leva à hierarquização das moedas nacionais em uma ‘geografia do dinheiro’ em forma de pirâmide” (MAGALHÃES, 2015, pg. 113). Dessa forma o dólar dominou o sistema monetário internacional, tanto pela expressividade da moeda, quanto pela força do poder político dos EUA.

A título de comparação Magalhães (2015) complementa que dois terços das reservas internacionais são acumulados em dólar, assim como a maior parte do comércio internacional tem seus produtos cotados na moeda americana, demonstrando a força atingida pelo dólar e a quantidade de poder acumulado pelos EUA que, com isso, poderia influenciar os rumos da economia internacional.

Em linhas gerais, essa relação moeda-Estado se mostra uma clara associação entre poder econômico e poder político de tal maneira que se torna um erro dissociá-los, com isso, no caso do dólar por exemplo, quanto mais forte se tornava a força política e a influência dos EUA no sistema internacional mais forte se tornava a moeda, a mesma medida que, quanto mais forte se tornava a moeda, mais aumentava o poder político e a influência americana ao redor do globo.

3. MOEDA COMO CAPITAL POLÍTICO: A DIPLOMACIA DO DÓLAR

A Diplomacia do Dólar foi uma estratégia político-econômica formulada e desenvolvida pelos EUA em meados de 1898 que perdurou até aproximadamente 1930, pouco tempo após Grande Depressão (Crise de 1929), que atrapalhou em grande escala o

desenvolvimento americano e, conseqüentemente a estratégia política adotada através do dólar.

O termo “Diplomacia do Dólar” foi criado por William Howard Taft, Presidente dos EUA em exercício no período de 1909 a 1913 e, ainda que essa estratégia não tenha sido desenvolvida e projetada por ele, foi em seu governo que essa prática se difundiu e a expressão foi cunhada ganhando mais notoriedade. Segundo Bastos (2015, p.67), Taft dizia que “A Diplomacia do Dólar substituiria canhoneiras e balas por dólares, e marines, por bancos”. Desta forma, entende-se que o principal objetivo era modificar a lógica usada para barganha e influência de modo que o poder econômico se tornaria o fator principal em detrimento ao poder militar, mesmo que o poderio bélico nunca viria a ser deixado de lado estando associado a essa estratégia, como “uma ferramenta da diplomacia econômica”² (Arnold, s.d., tradução nossa).

Em linhas gerais, a Diplomacia do Dólar buscava promover os objetivos dos EUA principalmente na América Central e Caribe, se estendendo posteriormente ao leste asiático e América do Sul, por meio de seu poder econômico, através da concessão de empréstimos. Tais empréstimos causavam um endividamento aos países e, conseqüentemente uma dependência econômica do Governo Americano, o que fornecia aos EUA um grande poder de barganha e uma manipulação das circunstâncias de acordo com seu interesse.

Segundo Bastos (2015), a Diplomacia do Dólar unia dois interesses, tanto de investidores particulares que buscavam ambientes seguros para a inversão de excedentes em dólares, quanto a política estratégica dos EUA que visavam, ao mesmo tempo, aumentar o uso internacional do dólar mas também evitar investidas de Estados europeus na zona de influência americana. Bastos ainda argumenta que “...em conjunto com o forte avanço de investimentos diretos, os empréstimos ajudavam a generalizar o uso do dólar e a integrar novos países, quando possível, ao padrão ouro, sob a hegemonia regional de Wall Street.” (2015, p.68).

Ainda segundo Bastos (2015) a Diplomacia do Dólar viria a ser ainda mais difundida no período durante e pós Primeira Grande Guerra, uma vez que esse conflito sem precedentes alterou de tal forma as políticas financeiras e monetárias que acabou fortalecendo o dólar como moeda internacional e, conseqüentemente, Wall Street como centro financeiro.

Segundo Magalhães (2015) a Diplomacia do Dólar forte representava dois momentos, o primeiro que os EUA alocaram excedentes de poder de maneira que pudessem garantir ao

² No original: “..the U.S. military was a tool of economic diplomacy”.

dólar uma primazia no esquema monetário do Sistema Internacional, chamando de “a diplomacia da moeda”, já o segundo que, a partir dessa primazia o dólar, por sua vez, garantiu excedentes de poder para Washington, chamando de “a moeda da diplomacia”.

Em resumo, a Diplomacia do Dólar, ainda que tenha passado por momentos de dificuldade e pontos de altos e baixos, serviu para que os EUA pudessem se utilizar da moeda, através de uma estratégia político-econômica, para expandir influência e aumentar o uso do dólar no cenário internacional, servindo como uma via de duas mãos, uma vez que os EUA faziam um esforço para impulsionar a moeda, a moeda impulsionava os EUA.

4. AS DUAS GRANDES GUERRAS E O FORTALECIMENTO DOS EUA

Há, como se sabe historicamente, uma forte presença e atuação dos EUA enquanto potência no Sistema Internacional. Tal atuação e apresentação norte-americana como a nova potência e, talvez, a maior potência do sistema à época, teve início no grande evento que marcou o começo do século XX, a Primeira Guerra Mundial, e se desenhou de maneira ainda mais sólida durante a Segunda Guerra Mundial.

Durante a Primeira Grande Guerra os EUA se envolveram pela primeira vez em um conflito de magnitudes sem precedentes, tanto para o Estado como para o mundo, e pôde se provar enquanto estrutura militar, organização político-econômica e capacidade de defender seus interesses políticos internos e externos.

Já durante a Segunda Grande Guerra, conflito em que os EUA mais uma vez tiveram uma atuação marcante, dessa vez na luta contra o nazi-fascismo, fez com que o que já era previsto - uma ascensão cada vez maior dos EUA - ganhasse ainda mais força e se concretizasse com o passar do tempo. Essa ascensão, porém, não foi somente em função da atuação militar estadunidense durante a guerra, mas sim devido às circunstâncias durante e após o conflito.

No contexto durante a guerra os EUA eram beneficiados pelo fato de que o conflito não ocorria em seu território, ponto que garantia certa vantagem em relação à França e Inglaterra, por exemplo. Essa vantagem garantiu que os EUA sofressem menos danos, tivessem mais tranquilidade para lidar com os fatos durante o conflito (comparado com as potências europeias) e, principalmente, pudessem manter seus parques industriais intactos, o que viria a ser um grande trunfo no pós-guerra.

Já a conjuntura do pós-guerra, somado às estratégias geopolíticas planejadas e bem aplicadas pelos EUA, garantiram um grande sucesso na projeção internacional do país. Algumas dessas estratégias estão diretamente ligadas a influência da moeda, no caso o dólar, e que serão trabalhadas a seguir (SIMON, 2011).

5. DE BRETTON WOODS E O PADRÃO OURO-DÓLAR AO PADRÃO DÓLAR FLEXÍVEL

À maneira que a guerra indicava caminhar para seu fim, devido a magnitude do conflito e as mudanças políticas, econômicas e sociais causadas por ela, inevitavelmente era necessário repensar como ficaria a organização global e a conjuntura do pós-guerra. Do ponto de vista econômico era necessário elaborar um planejamento e chegar a um novo modelo que pudesse reaquecer a economia global, prejudicada muito em função do intenso período que atravessavam as potências europeias, um modelo que garantisse a estabilidade do sistema internacional como um todo e é nesse contexto que se dão as conferências de Bretton Woods que instituiu o Padrão Ouro-Dólar.

Partindo dessa premissa, alguns autores fazem considerações acerca do tema. É o que faz o autor Franklin Serrano (2004), Professor adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em seu artigo intitulado “Relações de Poder e A Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível”.

O autor trabalha a ideia de que os EUA, a partir da Segunda Guerra Mundial e até os dias atuais, sempre apresentaram como principal prioridade coibir o surgimento de uma ameaça externa que fosse eficaz contra o que pretendia a política macroeconômica do país. O resultado desses esforços e o consequente sucesso dessa estratégia até então permitiram com que os EUA pudessem elevar não somente seu poder de barganha com outros Estados do Sistema Internacional como também pudessem praticar a política macroeconômica na qual julgavam convenientes e adequadas para cada momento.

Ainda segundo o autor, durante as considerações iniciais de seu artigo, ele cita que a política macroeconômica estadunidense, no período entre 1947 até aproximadamente 1960, tinha como principal foco elevar seus níveis de crescimento e, no mercado interno, as taxas de emprego no país, além da reconstrução e desenvolvimento das nações aliadas no período da Guerra Fria, o que de certa forma, beneficiaria os EUA de diversas óticas diferentes.

De maneira simples, o sistema criado a partir de Bretton-Woods definia que as moedas usadas no mundo passariam a não mais ter lastro em ouro e sim em dólar e o dólar, por sua vez, lastro em ouro, fazendo com que a moeda americana passasse a ser usada como reserva de valor pelos outros países, conferindo uma grande quantidade de poder aos EUA que a partir daí poderiam influenciar os rumos da economia global.

De todo modo, a Conferência de Bretton Woods representou passo importante para os EUA na consolidação e predominância do dólar no sistema monetário internacional (CARVALHO, 2004, apud MARTINS, 2016).

Tal predominância e primazia do dólar representava um grande ponto positivo aos EUA que ficou conhecido como privilégio exorbitante, conceito que basicamente trata das vantagens em que o dólar exerce na Economia dos EUA, como por exemplo poder funcionar como uma economia com déficit externo, em uma lógica que permita consumir mais do que produz e importar mais do que exporta. Outro fato é a própria moeda do Estado ser a mesma da reserva Internacional, podendo-se exemplificar em um contexto hipotético, em que os EUA não sofreriam em uma possível crise de balanço de pagamentos, já que as importações dos mais diversos commodities são compradas em dólar (EICHENGREEN, 2011).

Passado certo tempo, o crescente aumento na liquidez do dólar aliado à desconfiança, por parte dos mercados financeiros, se de fato o governo americano conseguiria manter a conversibilidade do dólar em ouro foi gerando especulações que não agradavam Washington (TORRES, 2019). Somado a isso, a ideia de os EUA dependerem de outros Estados para garantir a relevância do dólar perante o sistema representava um incômodo, apontado por Strange como o que seria “decretar o fim da hegemonia absoluta do dólar e deixar os EUA expostos a pressões dos países que cooperassem na sustentação da sua moeda” (STRANGE, 1976, apud TORRES, 2019, pg. 633).

Dentre as alternativas que poderiam quitar tais questões estavam medidas que acarretariam em consequências desagradáveis para a política norte-americana e, com isso, os EUA não aceitariam ver o dólar como apenas mais uma moeda do sistema financeiro global (TORRES, 2019), dessa forma “o objetivo era impô-la, de partida e de forma permanente, como dominante” (TORRES, 2019, p. 632).

Portanto, aproximadamente em 1971, os EUA descumpriram o que havia sido acordado em Bretton Woods e removeram a âncora em ouro a que o dólar estava atrelado, dando fim ao padrão de conversibilidade ouro-dólar e criando o padrão dólar flexível (TORRES, 2019).

De todo modo, o fim do padrão ouro-dólar, apesar de oficialmente ter sido em meados de 1971, foi uma estratégia projetada desde de 1966 (KIRSHNER, 1995, apud TORRES, 2019). A política financeira adotada ao fim da década de 1960 pelos EUA, que pareciam não se preocupar com seus déficits externos, evidenciava parte disso. Era como um processo de preparação para, no momento correto, eliminar a principal barreira à política americana à época, o lastro em ouro. Desta forma, a partir do fim do padrão ouro-dólar, os fluxos de capitais passaram a ser liberados e as taxas de câmbio deixaram de ser fixas e se tornaram flexíveis.

Para Strange (1987, p. 569, apud TORRES, 2019, p. 634) o fim do padrão ouro-dólar representou “uma progressão do privilégio exorbitante para o privilégio super-exorbitante” (tradução nossa)³. Com isso, o fim dos arranjos de Bretton Woods configurou uma reestruturação nas bases do sistema monetário internacional, cujo propósito por parte dos EUA era, através de seu poder monetário, aumentar seu poder de barganha e influência no cenário político internacional.

6. O PLANO MARSHALL E A CONSOLIDAÇÃO DOS EUA COMO POTÊNCIA

Ainda sobre a conjuntura do pós-Segunda Guerra, como os Estados europeus ainda tinham que lidar com a reconstrução de seus territórios e os problemas internos causados pelo conflito, os EUA propuseram uma medida para auxiliar a reconstrução desses países por meio da concessão de empréstimos a juros mais baixos, conhecido como Plano Marshall.

Partindo da premissa do realismo de Hans Morgenthau (2003), em que os Estados, como principais atores do sistema internacional, buscam sempre maximizar seus interesses a fim de alcançar seus objetivos, é notório que os EUA ao propor algo desse tipo tinham algum interesse ou estratégia como pano de fundo ao projeto proposto. E essa prática deu ainda mais força aos EUA e consequentemente fragilizando o mercado exportador europeu. Por mais que esta medida seja passível de questionamentos, foi necessário para que o continente se reconstruísse.

Dentro dessa lógica do Plano, os EUA eram o principal país durante esse período e haviam preservado seu parque industrial por estar longe do foco da guerra, os Estados europeus através dos empréstimos a juros baixos, compravam produtos, maquinários,

³ No original: “was a progression from exorbitant privilege to super-exorbitant privilege”.

matérias-primas, entre outros bens diretamente dos EUA, o que fazia com que o dinheiro emprestado retornasse rapidamente aos cofres americanos, aquecendo e estimulando a economia interna do país e ainda garantia aliados políticos pois ao ajudar os Estados europeus, naturalmente eles se tornariam parceiros, apresentando uma jogada geopolítica interessante e bem estruturada do ponto de vista estratégico.

Isso pode ser explicado porque fomenta ainda mais a percepção dos EUA como um Estado hegemônico perante o continente europeu num contexto de tensões geopolíticas entre os estadunidenses e a União Soviética durante a Guerra fria, no qual os norte americanos visavam frear o avanço de novos regimes socialistas através da Doutrina Truman⁴. (Simon, 2011).

Uma das condições necessárias para os Estados Unidos se consolidar como uma potência hegemônica no jogo das Relações Internacionais, se dá pela exportação de seu sistema político econômico para o mundo num contexto de pós Segunda Guerra, porque as demandas internas dos EUA não iriam ser o suficiente para a oferta interna, portanto, o mercado internacional seria essencial para o Estado se manter como uma superpotência e, deste modo, a reconstrução do continente europeu após o conflito se mostrou imprescindível para os interesses norte-americanos.

Porém, as duas instituições internacionais que surgiram com o acordo de Bretton Woods, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, não seriam o bastante para suprir a reconstrução da Europa como um todo. Isso é explicado porque a escassez de dólares naquele momento era muito alta, os EUA, com a sua alta capacidade de produção, dispunham de um excedente produtivo muito alto e a Europa por outro lado, devastada pela guerra, não tinha a possibilidade de comprar estes produtos dos EUA. Por isso, se os EUA não tomassem uma ação a fim de restabelecer a economia europeia, o continente iria passar por ainda mais dificuldades para conseguir se recuperar e os Estados Unidos iriam sofrer diretamente as consequências por perder o seu principal mercado consumidor. (SIMON, 2011).

Os objetivos do Plano Marshall visavam restabelecer a estabilidade econômica doméstica da Europa e fomentar ainda mais a cooperação econômica com os próprios países

⁴ A Doutrina Truman é um conjunto de práticas adotadas pelos Estados Unidos que era pautada na necessidade de se combater o avanço do comunismo dentro de um contexto de guerra fria e garantir a liberdade e a democracia em nações ocidentais. E também, por parte dos EUA, vigiar a política interna dos demais países do continente europeu e assegurar que a participação deles não interferissem em pretensões políticas dos EUA no sistema internacional.

européus. Outro aspecto importante do Plano Marshall destacado por Simon (2011), era aumentar o poder de influência dos EUA nos regimes internacionais, porque nas instituições que eram oriundas a Bretton Woods, o poder de influência americano era menor porque os outros Estados membros também participavam do financiamento afim da manutenção destas instituições. Neste sentido, o Plano fornecia mais acesso aos EUA aos mercados europeus, o fortalecimento dos Estados da região, importantes aliados que aderiram a ajuda, contendo o avanço soviético já num contexto de guerra fria na tentativa de estabelecer o capitalismo nesses países ao analisar pela visão americana.

De acordo com Werner e Combat (2007), uma das possíveis vantagens da reconstrução da Europa pelo apoio norte-americano, seria a diminuição de novos Estados de orientação socialista através de estímulos a investimentos privados e do enfraquecimento dos partidos europeus socialistas e o aumento da demanda da exportação de produtos dos EUA.

De modo geral, o Plano Marshall foi o responsável pela reorientação de uma postura que era mais isolacionista do ponto de vista da política externa dos Estados Unidos. Dado o contexto do cenário internacional, essa mudança de política dos EUA era necessária, porque os norte-americanos, com a sua alta capacidade produtiva após a Segunda Guerra, não tinham uma demanda interna que dava conta de tudo que era produzido, portanto, era *sine qua non* que os EUA financiassem a reconstrução de seu principal mercado consumidor, a Europa, pois se dentro deste contexto de crise mundial, os EUA permanecessem com a mesma postura mais isolacionista, as consequências seriam negativas, portanto, entende-se que o Plano Marshall foi uma estratégia que pode ser caracterizada como um jogo de soma positiva. (SIMON, 2011).

7. DÓLAR COMO PIVÔ DE DESENVOLVIMENTO INTERNO: ÁREAS BENEFICIADAS

Assim como pudemos observar uma notável expansão internacional dos EUA a partir dos eventos citados anteriormente, o dólar foi capaz de impulsionar o mercado interno e promover algumas mudanças significativas no modo de vida estadunidense.

Inicialmente conseguimos observar a expressiva redução nas taxas de desemprego, em 1940 o país contava com aproximadamente 8.1 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho, entretanto sofreu uma queda brusca em 1944, partindo para cerca de 600 mil pessoas inativas. Estas quedas são decorrentes da atuação do país na Segunda Guerra Mundial onde o contingente das fábricas voltadas ao poder bélico aumentou e a necessidade

de novos empregos surgiu para suprir as novas necessidades impostas por este período. (RENSHAW, 1999 apud RODRIGUES, 2011)

Não somente no setor econômico interno, conseguimos também identificar benefícios significativos decorrentes do posicionamento adquirido pelo dólar no cenário internacional. Na agricultura, por exemplo, o trabalhador rural passou a ter uma nova realidade, com o aumento da demanda a produtividade por agricultor aumentou e logo viu-se a necessidade de ceder espaço para o maquinário pesado para cumprir o trabalho que antes era realizado com auxílio de animais.

Decorrente deste aumento significativo na produção durante a década de 40, o consumo também apresentou um alargamento, entretanto alguns trabalhadores que antes voltaram seus esforços e capitais na produção agrícola se sentiram tentados a migrar para os grandes centros urbanos para apostarem seus futuros nas emergentes fábricas.

Outra perspectiva foi o crescimento das cidades americanas, Washington e Califórnia apresentaram um aumento geográfico de aproximadamente 35% cada um em um período de 5 anos (1940 e 1945). Este alargamento se dá principalmente pelo deslocamento de agricultores do interior do país rumo ao litoral, cidades onde a logística seria melhor aproveitada e novas oportunidades surgiam constantemente. (Economy History Association, 2010 apud RODRIGUES, 2011).

Como consequência deste crescimento demográfico e econômico é possível estabelecer que o próprio consumo das famílias americanas aumentou e a realidade cotidiana se transformou, o percentual salarial destinado a setores como entretenimento, gastos com serviços públicos e alimentação cresceram exponencialmente, fatos estes que esclarecem o aumento no poder de compra da população durante a década de 1940.

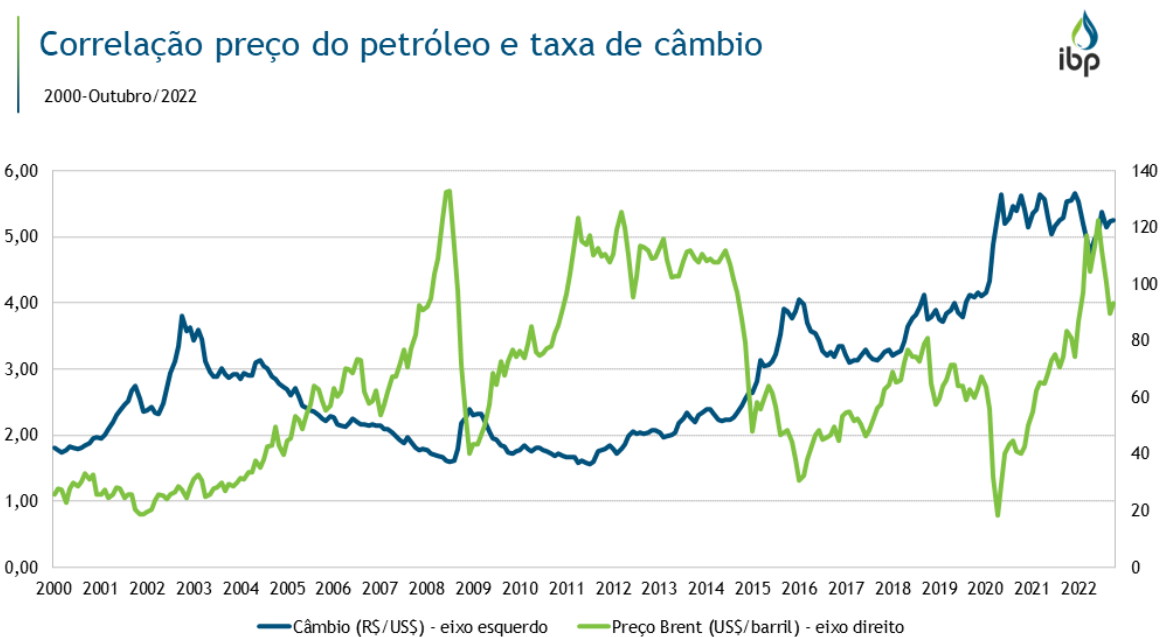
O cenário pós-guerra também explica o aumento do consumo dos norte-americanos em detrimento ao fato de terem economizado seus recursos durante a Segunda Guerra Mundial para usufruírem em bens que não estavam disponíveis naquela conjuntura.

É importante trazer o papel de governos passados, em sua grande maioria do Partido Democrata que impulsionaram os debates sociais conforme o dólar e a economia estadunidense como um todo ganhava força e trouxeram mudanças positivas para melhora da igualdade econômica nos Estados Unidos, como por exemplo o aumento do salário mínimo e a construção de casas para pessoas de baixa renda durante o mandato do Harry Truman (1945-1953) ou ainda com o início de projetos que visavam o fomento de empregos para os mais pobres e mitigar o cenário econômico para os idosos e incapacitados através do mandato

John F. Kennedy (1961-1963). Houve também alguns programas sociais durante governos do Partido Republicano, porém com menor expressividade ao serem comparados ao Partido rival.

Por fim, e não menos importante, vale destacar a expressividade do petróleo enquanto commodity e sua relação inversamente proporcional ao dólar, uma vez que o petróleo é o principal item exportado do país. Para compreender essa relação é importante interpretar o conceito básico de economia referente a balança comercial dos Estados Unidos, em que o valor do total dos bens exportados são subtraídos do valor total dos bens importados, podendo-se concluir que a alta nos preços do petróleo implica no aumento do valor das importações, causando um déficit comercial e consequentemente trazendo o preço do dólar para baixo como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Correlação entre o preço do petróleo e taxa de câmbio



Fonte: IBP com base nos dados do Banco Central e EIA

Ainda sobre o petróleo, pode ser observada a dominância deste recurso pelos americanos em alguns conflitos, em específico a Segunda Guerra Mundial, com os dados de 1943 em que a produção de barris de petróleo por dia chegou ao número extraordinário de 4.125.000 milhões sendo possível fazer uma comparação em que 15 dias de produção americana, era o equivalente a produção de um ano inteiro alemã. Estima-se que entre os anos de 1941 e 1945 foram necessitados uma quantidade de 7 bilhões de barris de petróleo

bruto por parte dos países Aliados, sendo os EUA responsável por 80% do fornecimento total. (CAPLOW, HICKS, WATTENBERG, 2001 apud RODRIGUES, 2011)

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, através dos estudos realizados e dos argumentos apresentados até aqui, conclui-se que o dólar teve um papel fundamental na ascensão dos EUA e em sua consolidação como potência do sistema internacional. Os americanos estrategicamente foram, com o passar dos anos, moldando cenários que os permitissem chegar ao patamar que desejavam. O Estado, através de sua moeda, usou de seu poder político-econômico para criar bases e estruturas seguras que garantem um elevado poder de influência e barganha em todo o sistema internacional. Desde a chamada Diplomacia do Dólar, passando pelo inteligente aproveitamento do contexto resultante das duas Grandes Guerras e, nesse cenário, a criação do padrão ouro-dólar, decorrente de Bretton Woods, até a remoção do lastro em ouro que representava uma amarra aos interesses dos EUA somados ao Plano Marshall, determinaram o conjunto final de fatores que permitiram aos EUA alcançarem o patamar de grande potência do sistema.

Através desse estudo de caso é possível determinar a relação direta existente entre moeda e Estado. Especificamente no contexto dólar-EUA e, baseado na ideia de que poder econômico é parte do poder político, ficou evidente a importância da moeda na conquista dos interesses do Estado, se tornando uma via de duas mãos, quanto mais forte se tornava a força política e a influência dos EUA no sistema internacional mais forte se tornava o dólar, a mesma medida que, quanto mais forte se tornava o dólar, mais aumentava o poder político e a influência americana ao redor do globo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNOLD, Peri E. William Taft: foreign affairs. **Miller Center**. Disponível em: <<https://millercenter.org/president/taft/foreign-affairs#:~:text=President%20Taft%20was%20more%20committed,Caribbean%2C%20and%20the%20Far%20East>>. Acesso em 17 de outubro de 2022.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Da diplomacia do dólar à diplomacia da boa vizinhança: continuidades e diferenças na política dos Estados Unidos para a América Latina (1898-1933)**. *Nova Economia*, v. 25, p. 59-80, 2015.

BENAKOUCHE, Rabah. **Economia da hegemonia do dólar**. *Textos de Economia*, Florianópolis, v.12, n.2, p.80-97, jul./dez.2009.

BRASIL. **Decreto nº1.570, de 13 de abril de 1937**. Promulga as Convenções sobre direitos e deveres dos Estados e sobre Asilo político, assinadas em Montevideu a 26 de dezembro de 1933, por ocasião da Sétima Conferência Internacional Americana. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d1570.htm>. Acesso em: 18 de Outubro de 2022.

CARR, Edward. **VINTE ANOS DE CRISE 1919 - 1939**: Uma introdução ao estudo das relações internacionais. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 354 p. ISBN 85-230-0635-4.

COMBAT, Flávio Alves; WERNER, Alice Helger. **História “viva” e “objetivada” George F. Kennan e o Plano Marshall**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. São Paulo. 2007.

CORRELAÇÃO PREÇO DO PETRÓLEO E TAXA DE CÂMBIO. **Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás**. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/snapshots/preco-do-petroleo-e-taxa-de-cambio>> Acesso em: 29 de novembro de 2022.

EICHENGREEN, Barry. **Exorbitant Privilege: The Rise and Fall of the Dollar**. New York. Oxford University Press Inc, 2011

MAGALHÃES, João Batista Nascimento. **Da diplomacia do dólar forte à guerra cambial**. Cadernos de política exterior nº2. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, p. 111-145, 2015.

MARTINS, Aline Regina Alves. **A moeda como um instrumento da supremacia americana: o caso do Quantitative Easing**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 5, n. 9, p. 191-211, 2016.

METRI, Mauricio. **Acumulação de poder, sistemas e territórios monetários: uma análise teórica sobre a natureza da moeda e sua relação com a autoridade central**. Ensaios FEE, v. 33, n. 2, 2012.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações**. Editora Universidade de Brasília. São Paulo. 2003.

OS ESTADOS UNIDOS PÓS SEGUNDA GUERRA. **Educabras**. Disponível em: <https://www.educabras.com/enem/materia/historia/historia_geral/aulas/os_estados_unidos_possegunda_guerra#:~:text=Para%20os%20Estados%20Unidos%2C%20o,estavam%20dispon%C3%ADveis%20durante%20o%20conflito>. Acesso em: 29 de novembro de 2022.

RODRIGUES, Roger. **Os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial: a guerra como elemento dinamizador da economia norte-americana**. Tese (Bacharel em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 88. 2011.

SERRANO, Franklin. **Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível**. Petrópolis, Vozes, 2004.

SIMON, Silvana Aline Soares. **De Bretton Woods ao Plano Marshall: A política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011.

TORRES, Ernani Teixeira. **Poder monetário estrutural: do padrão ouro ao dólar flexível**. Economia e Sociedade, v. 28, p. 621-639, 2019.